

Estudo de Impacte Ambiental

Pedreira Chã das Gatas 22

Anexo II

**Análise ao Parecer de Apreciação da Comissão
de Avaliação ao Estudo de Impacte Ambiental**



O presente anexo apresenta a análise ao parecer de apreciação da conformidade do estudo de impacte ambiental da Pedreira Chã das Gatas 22, no qual a comissão de avaliação (CA) indica a existência de lacunas e imperfeições que entende devem ser colmatadas e corrigidas em fase anterior à consulta pública.

A comissão de avaliação pretende ver esclarecidos no relatório técnico (RT) e no resumo não técnico (RNT) os conteúdos a seguir transcritos, conforme apresentado no ponto 3 do referido parecer:

3.1 – Relatório Técnico

Capítulo 2 – DESCRIÇÃO DO PROJETO

Compatibilidade com os instrumentos de gestão territorial

“Quanto ao indicado no primeiro parágrafo neste capítulo, sugere-se a reformulação da seguinte frase *“Para análise dos Condicionantes e Ordenamento do Território (...)”*, para *“Para análise dos Instrumentos de Gestão Territorial e Condicionantes do Território (...)”*, uma vez que segue a ordem os subcapítulos e dá-se primazia à referência dos IGT e não “Ordenamento do Território”.

Ação realizada: A sugestão foi aceite.

“Relativamente à Tabela 2.3 – IGT em vigor na área em análise e com incidência na área do projeto, importa esclarecer que apenas o Plano Diretor Municipal da Ribeira Grande (PDM Ribeira Grande) possui vinculação jurídica, direta e imediata, à área de projeto, considerando que o promotor configura uma entidade privada, nos termos do artigo 3.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial dos Açores (RJIGT.A), publicado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 35/2012/A, de 16 de agosto.

No subcapítulo 2.4.1.2 Plano Sectorial de Ordenamento do Território para as Atividades Extrativas da RAA (PAE), importa esclarecer que, no presente caso, considerando que o promotor configura uma entidade privada, a aplicação do PAE está dependente da adaptação do PDM Ribeira Grande ao mesmo, através da transposição das normas relativas à atividade extrativa e dos elementos gráficos, nomeadamente, a delimitação das Áreas de Gestão e das Áreas de Integração Ambiental e Paisagística, nos termos do artigo 8.º do regulamento do PAE.

Não obstante, julga-se ainda pertinente indicar que a área do projeto também se encontra abrangida por Áreas de Extração de Massas Minerais Consolidadas Não Licenciadas – Em Atividade (SMG 109), através da Planta de Condicionantes do PAE.”

Ação realizada: Foram clarificadas no capítulo 2.4.1 e 2.4.1.2 as informações apontadas no parecer.

“No subcapítulo 2.4.1.3 Plano de Ordenamento da Orla Costeira – Troço Feteiras/Fenais da Luz/Lomba de São Pedro (POOC Costa Norte), sugere-se a representação gráfica do conteúdo referido através da Planta de Síntese do POOC Costa Norte.

No subcapítulo 2.4.1.4 Plano Diretor Municipal da Ribeira Grande, sugere-se a representação gráfica das classes de espaço mencionadas através da Planta de Ordenamento do PDM Ribeira Grande, bem como a correção da referência em que a faixa que se encontra abrangida pela Reserva Agrícola Regional “(...) *de acordo com a Carta da Reserva Agrícola Regional mais recente e em vigor (2013), já não tem aplicação*”, para “*foi desafetada da Reserva Agrícola Regional*”. Adicionalmente, sugere-se a indicação do documento que aprova a referida Carta da Reserva Agrícola Regional – a Portaria n.º 25/2013, de 24 de abril.”

Ação realizada: Foi adicionada a Figura 2.4 ao RT, onde é apresentado o enquadramento do projeto na Planta de Síntese do POOC – Troço Feteiras/Fenais da Luz/Lomba de São Pedro. No que concerne a análise ao PDM da Ribeira Grande, foi adicionada a referência à Portaria n.º 25/2013, de 24 de abril, que aprova e publica a carta da RAR e mantida a figura que apresenta o enquadramento do projeto na planta de ordenamento do PDM.

“Na tabela 2.4, presente no subcapítulo 2.4.2 Condicionantes do Território, sugere-se que a designação da coluna “*Aplicação Específica*” seja alterada para “*Incidência Territorial*”, devendo o seu conteúdo ser revisto em conformidade, uma vez que a área do projeto não incide sobre a maioria das condicionantes e servidões administrativas e restrições de utilidade pública indicadas, tais como a Reserva Ecológica, Áreas Protegidas, Rede Natura 2000, entre outras.”

Ação realizada: Foi alterada a designação da coluna “Aplicação Específica” seja alterada para “Incidência Territorial”, tendo sido o conteúdo revisto em conformidade.

Capítulo 3 – CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA

- Ecologia

“A CA entende que alguma informação constante na coluna “Instrumentos Legais” da Tabela 3.9 deverá ser revista, designadamente, a numeração dos Anexos das Diretivas Aves e Habitats, que é efetuada apenas com numerais romanos.

A CA refere ainda que a espécie *Buteo buteo rothschildi* é protegida pelo Anexo III da Convenção de Berna e que a espécie *Teira dugesii* encontra-se no Anexo IV da Diretiva Habitats.

Nesta matéria, a CA informa que o Decreto Legislativo Regional n.º 15/2012/A, de 2 de abril, que estabelece o Regime Jurídico da Conservação da Natureza e da Biodiversidade na Região Autónoma dos Açores, procedeu à transposição para o ordenamento jurídico regional da Diretiva n.º 92/43/CEE, do Conselho, de 21 de maio de 1992, relativa à preservação dos habitats naturais e da

fauna selvagens, e da Diretiva n.º 2009/147/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 30 de novembro de 2009, relativa à conservação das aves selvagens.

Assim, entende a CA que deverá ser efetuada a referência a este instrumento legal quer na coluna “Instrumentos Legais” da Tabela 3.9, quer na introdução do subcapítulo 3.5.3.”

(...)

“A CA destaca o facto da Coluna “Origem” da Tabela 3.10 não refletir a informação constante na mesma coluna da Tabela 3.9, situação que deverá ser revista e uniformizada conforme consta da Tabela 3.9.”

Ação realizada: Procedeu-se à revisão e alteração do texto do capítulo 3.5.3 e da informação constante da Tabela 3.9, nomeadamente no que respeita a coluna “Instrumentos Legais de Proteção”, por forma a fazer face ao referido no parecer, incluindo, designadamente, a referência ao Regime Jurídico da Conservação da Natureza e da Biodiversidade na Região Autónoma dos Açores,

- Paisagem

“O EIA explica o conceito de unidades de paisagem e identifica e descreve a única unidade presente na área do projeto: Zona Agrícola Capelas/Ribeirinha. Neste ponto, sugere-se a reformulação da denominação da unidade de paisagem para SM2 – Zona Agrícola Capelas/Ribeirinha”, conforme indicado na ficha da unidade de paisagem em questão, disponível em Sistema de Informação e Apoio à Gestão da Paisagem dos Açores do Portal do Ordenamento do Território dos Açores (POTA). Julga-se ainda importante referir que esta unidade de paisagem é ainda caracterizada pela “extração de inertes, por vezes abusiva e descuidada” que tem “provocado degradações visíveis na paisagem”.

Considera-se ainda pertinente incluir a Apreciação e Orientações para a Gestão da Paisagem da unidade de paisagem em questão, de acordo com a informação disponível no sítio da internet supramencionado.”

Ação realizada: A denominação da unidade de paisagem foi corrigida para “SM2 | Zona Agrícola Capelas/Ribeirinha” em concordância com a nomenclatura no Sistema de Informação e Apoio à Gestão da Paisagem dos Açores. Foi igualmente referida, na descrição da unidade de paisagem, a degradação associada a algumas áreas de extração e abordadas as principais apreciações e orientações para a gestão desta paisagem.

Capítulo 4 – IDENTIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DE IMPACTES

- Ecologia

“A CA considera que nas fases de exploração e de desativação também deve ser avaliada a afetação sobre a flora, ou explicado o motivo pelo qual ela não foi efetuada nestas fases.”

Justificação: Não se considera haver afetação direta nem impactes sobre a flora no âmbito das fases de exploração e desativação do projeto atendendo a que as ações de remoção de coberto vegetal e de solo, que implicam a remoção e eliminação de espécimes vegetais, ocorrem apenas no contexto da fase de construção. Contudo, cabe salientar, conforme se refere no capítulo 4.1 do Relatório Técnico do EIA, que atendendo à tipologia e características do projeto em apreço, as ações associadas às diferentes fases poderão ocorrer de forma simultânea e sobrepostas temporalmente.

3.2 – Resumo Não Técnico (RNT)

“Na generalidade o essencial da informação contida no RT está transposta para o RNT, todavia este enferma, naturalmente, das imperfeições decorrentes dos aspetos apontados para o RT, pelo que a CA entende que o RNT deverá verter o proposto para o RT.”

Ação realizada: As alterações introduzidas no RT foram, igualmente, introduzidas ao nível do RNT, quando relevante/aplicável.